

EDUCAÇÃO PARA A AÇÃO E NÃO PARA A FRUIÇÃO: PROJETO DE GLOBALIZAÇÃO DE COLÉGIOS DA COMPANHIA DE JESUS NA MODERNIDADE

Fernanda Santos

1. Introdução: Rede Global de Colégios Jesuítas

Em 1537 Inácio de Loyola chegou a Roma acompanhado por Pedro Fabro e Diogo Laínez. Em 1538 a eles se juntaram outros companheiros, ainda sem objetivos bem definidos para as suas atividades futuras. Não estava ainda nos planos criar uma Ordem religiosa, mas peregrinar pela Terra Santa. Em Roma, colocaram-se à disposição do Papa e dedicaram-se a obras de caridade, mas só em meados de 1539 decidiram criar uma Ordem religiosa, decisão cuja concretização teria encontrado alguma resistência da parte de alguns dignitários da Cúria Romana. No ano de 1539, Inácio de Loyola começou a redigir o primeiro esboço das *Constituições*, as quais, após revisões morosas, ficariam prontas 16 anos mais tarde (Gomes, 1995, p. 27).

A Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de fevereiro de 1540, aprovada pelo Papa Paulo III, assinalou a criação oficial da Sociedade ou Companhia de Jesus, organizando em ordem canônica tanto o pensamento religioso como a ação espiritual comum. A Carta Apostólica do Pontífice Romano indicava o fim para que foi instituída a Companhia, e quais os meios para colocar em marcha as atividades da Ordem e atingir objetivos:

“(...) Esta [a Companhia] foi instituída principalmente para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristã e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade e, nomeadamente, pela formação cristã das crianças e dos rudes, bem como por meio de Confissões, buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis cristãos.” (*apud* Loyola, 2004, p. 29)

Ao grupo ativo de alunos castelhanos, navarros, saboianos, bascos e portugueses, estudantes em Paris no colégio de Santa Bárbara, organizado em torno de Inácio de Loyola, se deveu a investigação de uma *Ratio* para o estudo e a ação católica. Encorajados pelo desejo de peregrinação a Jerusalém e unidos pela propagação da Fé entre os infiéis, os Jesuítas passaram a encarar como uma urgência fundamental ensinar todos aqueles que não estavam instruídos na doutrina cristã (Manso, 2009, p. 92). Todavia, com exceção da

incidência que Santo Inácio atribui à “formação cristã das crianças e dos rudes”, que aqui se referia ao catecismo, nada na Bula de Paulo III permite afirmar que a Companhia de Jesus foi, na sua origem, uma Ordem religiosa consagrada ao ensino (Loyola, 2004, p. 28). Apesar de Inácio de Loyola e todos os seus companheiros virem da Universidade, a princípio nem sequer se investiu na formação intelectual dos seus próprios escolásticos ou futuros jesuítas. Pretendendo que os seus novos membros estudassem em Universidades, criaram “Casas” ou “Residências” junto às mesmas, que só mais tarde se transformaram em centros de ensino, em colégios, como veio a acontecer em Paris, em 1540, em Lovaina, Pádua e também em Coimbra, em 1542 (Rodrigues, 1931, p. 321-322; p. 547; 575). A influência de Jerônimo Nadal na definição da “vocação docente” da Companhia – vocação que, com o passar dos anos, se acentuou – foi decisiva. Coube-lhe a ele a responsabilidade de introduzir nos colégios dos Jesuítas o *modus parisiensis*, como método pedagógico, e de elaborar os seus primeiros programas de ensino (Gomes, 1995, p. 28). Estava traçado um plano por Inácio de Loyola, que se compunha do desejo da confirmação do Instituto da Companhia pela Santa Sé, tendo a mesma pretensão em relação aos *Exercícios Espirituais*, e o desejo de completar as *Constituições*. Nas palavras de Jerônimo Nadal, estas seriam as *três graças* que Loyola pedira a Deus antes de morrer (Loyola, 1952, p. 23). Efetivamente, tanto os *Exercícios Espirituais*, quanto as *Constituições* e a *Confirmação Pontifícia* estavam assegurados a 31 de julho de 1556, dia da morte de Inácio de Loyola. Nesse ano ultrapassava-se a cifra de 60 membros, *numerus clausus* de imposição pontifícia, rondando a Companhia cerca de um milhar de membros. Estava também institucionalizado o processo e os mecanismos de recrutamento como esteios para o futuro (Silva, 1990, p. 23).

Uma nova globalização proporcionou a universalização do Cristianismo nos mundos recém-descobertos, mas também fez surgir um tempo de acesa competitividade religiosa entre as ordens católicas pelo monopólio do ensino. A Companhia de Jesus nasceu, assim, no contexto da Modernidade de Quinhentos, enraizada no Humanismo da Reforma. O advento da Modernidade trouxe consigo um afinado sentido do religioso, em que o Catolicismo polemizava com as várias confissões do Protestantismo.

À semelhança do que acontecia com Espanha, a estratégia política expansionista do Império Português, com os seus objetivos religiosos e econômicos, encontra na Igreja Católica e nas Ordens Religiosas (em particular os Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos, Carmelitas e depois fortemente os Jesuítas) um instrumento de expansão, povoamento e colonização. O Cristianismo é estruturalmente missionário. É uma religião

por mandato do fundador expansionista à escala global e, por isso, construtora de uma dada universalidade e de uma mundividência nova. Essa característica marcou a sua caminhada histórica ao longo dos séculos, sendo que o seu estatuto missionário se alimentava da palavra e do mandato do Evangelho (Mourão, 2008, p. 229). As missões nasciam, neste contexto, com naturalidade no solo da Igreja, em geral, e das Ordens em particular. A criação do Império Português deveu-se, em grande medida, à Igreja e à sua assessoria espiritual, intelectual e até mesmo técnica, fazendo assim do Cristianismo um dos elementos essenciais de expansão.

O século XVI foi especialmente marcado pelo desenvolvimento de diversos domínios do saber, por um interesse progressivo pelas fontes dos textos, um movimento de revitalização do original. Os autores gregos e latinos representaram uma das fontes do conhecimento, bem como os primeiros autores cristãos. Cultivou-se o estudo das línguas antigas, como latim, grego e hebraico, numa época que assistiu ao investimento massivo na educação e na formação teológica e retórica de novas gerações de prosélitos da *militia Christi*.

Se a Europa se transformou num espaço dilacerado pelas cisões religiosas das reformas, fragmentada também pelos nacionalismos emergentes, manteve, no plano ético, uma unidade cultural de fundo, assente no Cristianismo e na herança da cultura clássica, que apontou, em última instância, para uma consciência do universal. Nos séculos XV e XVI deu-se um alargamento das fronteiras do universal, com as grandes navegações e a expansão europeia (Urbano, 2009, p. 27-28).

A Igreja Católica encontrava-se fragilizada no seu prestígio secular, espoliada de bens pelos príncipes que aceitavam o Protestantismo e que entendia que a Igreja não devia possuir riquezas. Era uma Igreja secular, detentora de verdades sagradas, que era atacada e criticada. Nesta conjuntura reconhecia-se que a Igreja não estava a agir com o dinamismo que as circunstâncias lhe exigiam. Não bastava organizar concílios ou eliminar os heréticos por via da Inquisição. Era necessário organizar uma ação mais concreta, permanente e firme, que permitisse convencer os adversários ou todos aqueles que corressem o risco de ser subvertidos no seu pensamento religioso. Era necessário reunir gente nova, aguerrida, que fizesse da palavra divina uma arma de combate assertiva e vigilante. Mais do que uma nova Ordem religiosa, era necessário uma autêntica milícia, um laborioso exército de homens de religião, constantemente alerta. É neste contexto histórico que surge a

Companhia de Jesus, tendo como comandante supremo Inácio de Loyola (Carvalho, 1986, p. 282-283).

1.1. A Companhia de Jesus no contexto da Modernidade

Os Jesuítas quiseram levar o mais longe possível o seu esforço utópico de universalização do Cristianismo, motivados por um ambiente de militância proselitista impulsionada pela Contra Reforma, consagrada no Concílio de Trento (1543-1563). No contexto histórico, o desenrolar da Reforma protestante e sua expansão na Europa levaram a uma tentativa de fortalecer as bases do Cristianismo romano nos reinos que haviam resistido às investidas do Protestantismo, como França, Espanha, Portugal, Itália. Nesta missão a que os Jesuítas se propuseram, os colégios foram um dos instrumentos fundamentais para alcançar tal objetivo.

Neste contexto se afirmou a ação educativa dos Jesuítas, sobejamente importante, tendo em conta sua doutrina, seu projeto educativo e sua pedagogia. As instituições que fundaram, dirigiram e fizeram proliferar estavam comprometidas com um ideário religioso cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência dentro da Igreja Católica.

Podemos, em certa medida, aventar que a primeira tentativa de criar redes globais de ensino está associada aos colégios dependentes de congregações religiosas. Neste sentido, é pioneira e emblemática a rede de colégios intercontinental dos Jesuítas, com a mesma estrutura, o mesmo ideário, os mesmos manuais e até o mesmo método de ensino, por vezes até com um conceito arquitetural que se procurava reproduzir nas diferentes paragens do globo onde implantavam os edifícios colegiais, embora com as devidas adaptações à cultura local das regiões onde se instalavam. Com efeito, a Companhia de Jesus faz dos colégios uma realidade internacional, expandindo-os de Ocidente a Oriente. O fato de a educação ter sido um meio de evangelização e expansão do Cristianismo pela Companhia, não significa que esta tivesse sido o seu primeiro objetivo. No entanto, foi uma atividade que se sobressaiu, no meio de muitas outras atividades exercidas pelos Jesuítas.

As discussões acerca da proveniência histórica dos modelos educativos atuais quase sempre se ancoraram entre os séculos XVI e XVIII, onde estão grande parte das mutações estruturais da educação, como o abandono da concepção medieval de ensino, com todas as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar, ou as estratégias de gestão da sala de aula. Todas estas mutações foram associadas aos colégios

da dependência de congregações religiosas. A educação global foi, em grande medida, associada a esses estabelecimentos de ensino, e a Companhia de Jesus fez dos colégios uma realidade internacional, não deixando de lhes imprimir uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino (Ó, 2003, p. 165-167).

A Idade Moderna apareceu, assim, designada pela historiografia por assinalar, na História, uma revolução científico-tecnológica, que em muito se deve à expansão territorial, às novas descobertas científicas, ao povoamento e colonização de outras terras, outrora desconhecidas e entretanto mapeadas pelos navegantes. Desse modo, é impossível escamotear o papel decisivo da Península Ibérica nestas novas conquistas, povoando e colonizando vastos territórios. Os séculos XVI e XVIII foram focos de grandes mutações estruturais no ensino. Os colégios, no século XVI, apareceram associados à fundação das universidades, dependendo delas, mas ao mesmo tempo diferenciando-se destas. As universidades de origem medieval, que continuavam sendo as mais importantes em quase todos os lugares, mantiveram, em tese, suas instituições antigas e serviam de modelos para as novas fundações. Na prática, diversas inovações surgiram nas estruturas universitárias, seja pelas novas concepções educativas, seja, precisamente, pelo caráter cada vez mais nacional, e até mesmo regional, de muitas universidades. A tipologia e a terminologia das instituições tornaram-se mais complexas, fazendo com que a uniformidade aparente da *universitas* medieval perdesse decididamente o passo para a diversidade das práticas locais (Charle, Verger, 1995, p. 41).

Dominique Julia afirmou que o século XVI assistiu, deste modo, à construção de um espaço particular, fazendo-se valer o que era da posse das universidades desde o século XV, que agora se prolonga na estrutura do colégio (Julia, 2001, p. 13). Tendo em conta o perfil missionário da Companhia de Jesus, a sua pedagogia conheceu uma expansão a nível mundial, tornando-se global e unificada por um ideário comum, e por uma obra que orientará toda a metodologia de ensino dos Jesuítas: a *Ratio Studiorum*. Os modelos educativos e as práticas educativas dos Jesuítas contribuíram para produzir o mundo pós-medieval. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção: a da importância social da educação e do ensino. O ideal jesuítico era sentar todas as crianças nos bancos das suas escolas, orientando o seu ensino para modelá-las dentro do pensamento religioso cristão e filosófico que orientava a Ordem (Carvalho, 1986, p. 329).

Os colégios jesuítas desfrutaram de sucesso em muitas localidades. O'Malley apontou como fator distintivo da Companhia de Jesus na educação a fundação de colégios onde antes não havia nenhum, e o posicionamento de elementos num modo e numa escala nunca feitos anteriormente (O'Malley, 2004, p. 351). Margarida Miranda apontou também a gratuidade do ensino como um fator de sucesso. Messina, Goa, Gandia e Coimbra contavam-se entre as primeiras experiências escolares com que os Jesuítas pretendiam formar os seus próprios membros, mas desde logo abriram as suas portas a estudantes externos. Os colégios ofereciam às cidades mão-de-obra gratuita, recorrendo à ajuda de benfeitores, que muitas vezes eram os próprios bispos ou outras autoridades eclesíásticas, também elas interessadas em alargar o quadro escolar insuficiente. Fosse por iniciativa da Companhia, fosse para atender às necessidades e ao apelo das diversas cidades, em cerca de trinta anos a Ordem criava duas centenas de colégios (Miranda, 2009, p. 23-24).

1.1. A orientação pedagógica da Companhia de Jesus

Inácio de Loyola expôs, na parte IV das *Constituições* que redigiu, intitulada *Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia*, que a Companhia deveria fundar “Colégios e também algumas Universidades, onde os que deram boa conta de si nas Casas e foram recebidos sem os conhecimentos doutrinários necessários se possam instruir neles e nos outros meios de ajudar as almas” (Loyola, 2004, p. 115). A intenção inicial era a de que esses colégios fossem destinados apenas aos candidatos a membros da Companhia, todavia, ao longo das diversas revisões das *Constituições*, alterou-se a entrada nos colégios, de modo a permitir que alguns leigos pudessem ser admitidos. Assim, se esses colégios se destinavam, prioritariamente, a “pessoas de quem se possa razoavelmente esperar que se hão-de tornar operários competentes na vinha de Cristo Nosso Senhor, pelo exemplo e doutrina”, poderiam, no entanto, em certas condições, receber também “outros estudantes pobres que não tenham tal decisão” e ainda “filhos de pessoas ricas ou nobres, pagando eles as suas despesas.” (Loyola, 2004, p. 115-116).

A orientação pedagógica da Companhia de Jesus indicava as disciplinas que deveriam ser estudadas, os livros que deveriam ser lidos, a condução do estudo, etc. Com base nessa doutrina, e depois de adquirida a prática suficiente do ensino, redigiu-se um texto normativo, para uso geral, pacientemente discutido em todos os pormenores até se considerar definitivo. Todo o ensino das disciplinas tinha como base a *Ratio Studiorum*,

conforme ficou dito, programa e regulamento pedagógico de toda a Companhia de Jesus, e instrumento de homogeneização do ensino dos Jesuítas. Nas palavras de Francisco Rodrigues: “ (...) concluímos com toda a segurança que os processos de pedagogia que em nações estranhas e em Portugal formaram tantos homens eminentes, foram essencialmente os mesmos que, nos Colégios de Coimbra, Lisboa e Évora e de outras cidades, guiaram na educação da juventude os religiosos da Companhia “ (Rodrigues, 1931, p. 436). Estes estudantes deveriam, todavia, comportar-se segundo as regras dos escolásticos da Companhia no que respeitasse às confissões, aos estudos e aos modos de vida, embora a maneira de vestir fosse diferente e residissem numa parte separada do Colégio, podendo alguns poucos serem acolhidos a viverem com os “Nossos”, ou seja, os jesuítas ou os candidatos a jesuítas.

A *Ratio Studiorum* foi um documento que demonstrou como a hierarquia e a disciplina eram fatores indispensáveis para a Companhia de Jesus. Este documento relativo à organização dos estudos e da espiritualidade também se dedicou a categorizar as atribuições dos colégios, regendo formas de avaliação e procedimentos diversos, porém não se referindo como um tratado pedagógico com teorias e metodologias de ensino. Nomeou desde as responsabilidades de cada função exercida dentro dos estabelecimentos de ensino jesuítico a conteúdos a serem ministrados. A educação era dada em ambiente rigoroso e coerente, sob severa disciplina, que, contudo poderia ser adaptado para a sua melhor aplicação nas regiões missionárias, como se verá nos capítulos seguintes.

A *Ratio Studiorum* influenciou profundamente a educação moderna e contemporânea em diversos aspectos, como a criação de Escolas Normais para a formação de professores e as disciplinas de prática de ensino nos cursos de licenciatura, ambas baseadas na característica obrigatória contida no documento jesuítico, na qual os professores deveriam ser treinados antes de realizarem o seu ofício, obtendo uma formação superior em relação aos educandos (Toledo, 2000, p. 181-187). O documento é uma das grandes contribuições dos Jesuítas no primeiro e no segundo séculos de existência da Ordem. Não pretendendo ser um tratado pedagógico, rigorosamente falando, uma vez que os Jesuítas já tinham assimilado, na sua própria formação, os princípios pedagógicos provenientes da experiência, da visão, dos escritos do fundador da Companhia de Jesus, Santo Inácio de Loyola, os *Exercícios Espirituais*, a *Ratio* funcionou como um manual de administração, de funções, de procedimentos, de extrema validade (Klein, 2009, p. 15). Ainda assim, é um instrumento que marcou indelevelmente tanto a educação quanto a

pedagogia moderna, e constituiu ma das mais importantes referências documentais da gênese do mundo moderno, resultado de um longo, cuidadoso e amplo trabalho de planejamento da expansão jesuítica, tanto na Europa quantos nos novos mundos recém ocupados e colonizados pelos europeus no início do século XVI.

Conforme referiu Arnaut de Toledo, a *Ratio Studiorum* constituiu um paradigma importante para a educação e para a pedagogia até o início deste século, que “[m]esmo não tendo definido ou explicitado princípio educaciona lou pedagógico, ordenou uma razão política, que é parte constituinte na formação do mundo moderno e também razão pedagógica em sua origem e justificação” (Toledo, 2000, p. 182). Uma crítica à prática política dos Jesuítas deve considerar, por outro lado, sua importância para a história da educação, assumindo a *Ratio* como uma “fonte historiográfica importante e necessária para a compreensão, inclusive de nossas práticas políticas, questão, evidentemente, pedagógicas.” (Toledo, 2000, p. 187). Além disso, a *Ratio* mostrou como a ação dos Jesuítas foi sempre integrada:

“ Ela é fundada, com efeito, numa visão unívoca do homem inteiramente endereçado para Deus, mediante a Igreja Católica. Esta vocação deve realizar-se em todas as manifestações da vida humana. O *Ratio Studiorum* espelha fielmente esta univocidade de visão e, por isso, não desvincula educação de instrução, instrução de vida cristã, ciência de fé, vida profana de vida espiritual.” (Paiva, 1981, p. 17)

Os colégios jesuítas distinguiam-se ainda daqueles que circundavam a Universidade de Paris pela aposta que era feita nos conteúdos programáticos de direção espiritual. A gestão de ensino passou a ser integrada, incluindo os aspectos intelectual, religioso e moral, marcados pelo rigor próprio dos regulamentos, os tempos de descanso, relaxamento, recreio e diversão. Com efeito, a preocupação principal da educação dos Jesuítas era estimular os alunos à aprendizagem, promovendo a interiorização plena dos conteúdos programáticos através da ação participativa dos educandos (Ó, 2003, p.168-170).

O colégio jesuíta surgiu, nos alvares da Modernidade, como uma instituição global que abrangia toda a vida do estudante. O ensino era concebido para além da aprendizagem dos conteúdos curriculares, defendendo-se a educação integral. O que a Companhia de Jesus procurou fazer foi montar e testar um dispositivo capaz de responder positivamente aos requisitos da formação moral dos jovens. Este dispositivo esteve na base

do sucesso do projeto educativo dos Inacianos, e conferiu-lhes o monopólio das instituições educativas ao longo de quase três séculos.

1.2. Colégios jesuítas e formação cristã: moldar um novo homem

O fenômeno de disseminação de colégios foi pontuado por André Petitat como um primeiro momento decisivo da escolarização. Em sua análise, ele observou que os colégios das congregações católicas, das igrejas protestantes e aqueles que eram vinculados às universidades tinham dispositivos escolares semelhantes (Petitat, 1994, p. 76). Não foram só os colégios católicos que desenvolveram importantes projetos pedagógicos, mas também a Igreja Reformada (Ó, 2003, p. 166). Dominique Julia assinalou a formação cristã das crianças como uma das finalidades essenciais das Reformas (protestante e católica), e o catecismo, nascido da concorrência entre as confissões religiosas, como um fenômeno associado à escolarização (Julia, 2002, p. 52). O projeto da corrente cristã semimonástica identificada como *Devotio Moderna* terá passado diretamente para os Colégios de Paris e destes, por seu turno, irradiado para muitas escolas protestantes e católicas, sobretudo através dos Jesuítas, que na capital francesa estudaram durante a primeira metade do século XVI (Ó, 2003, p. 166). Conforme aqui ficou dito, o próprio surgimento da Companhia de Jesus assentou no desejo de reformar a vida e os costumes para combater os vícios, sendo que o meio mais eficaz seria edificar as almas dos jovens, ensinando-lhes a serem cristãos desde a sua mais tenra idade. Hábitos como a piedade e a virtude procuraram tornar-se inapagáveis, no ensino dos Jesuítas, que procurava formatar um indivíduo nos ideais de Humanismo (Varela, 1983, p. 131).

A introdução das séries e das classes escolares deu-se também nos colégios protestantes e católicos do século XVI, disseminando-se e aperfeiçoando-se ao longo dos séculos seguintes (Petitat, 2004, p. 97). No período moderno e contemporâneo se instaurou a mudança decisiva dos cursos em classes separadas. A escola atual muito deveu à matriz pedagógica dos colégios dos Irmãos da Vida Comum, criados nos Países Baixos ainda durante o século XIV, ativos no norte da Alemanha e na Polónia até finais do século XV (Miranda, 2009, p. 23), que contavam já com um agrupamento de alunos feito por classes, divididas por programas distintos, com o seu professor e com uma sala ou local de aulas. Aqui também se praticava o chamado ensino simultâneo, no qual os alunos das primeiras classes eram ensinados pelos alunos de classes mais elevadas. Do mesmo modo, eram

promovidos exames para passagem à classe superior, eram estabelecidos horários, e estimulava-se o aluno ao estudo por meio de atribuição de prémios. Os Jesuítas souberam, melhor do que qualquer outra Ordem religiosa, tirar partido do espírito de emulação preconizado por Erasmo e pela pedagogia renascentista, inspirada em Quintiliano, através de concursos literários, da atribuição de prémios e títulos honoríficos, com exposição de poesias, enigmas e emblemas, com declamação pública diante de outra classe, de todo o colégio ou da Universidade, ou mesmo de toda a cidade. A emulação garantia ainda a atividade constante destes alunos, principalmente na realização destas disputas que, para serem justas, deveriam ser realizadas entre pares de adversários ao mesmo nível. O que estava subjacente a esta série de práticas escolares era o reconhecimento dos mecanismos cénico-didáticos nas estratégias de aprendizagem, treinando o aluno para o uso efetivo da palavra em espaços públicos, fazendo dele alguém apto para intervir na sociedade, numa pedagogia em que nada era deixado ao acaso (Miranda, 2009, p. 34). Assim, eram as práticas disciplinares não-discursivas dos colégios jesuítas, ou seja, a maquinaria escolar jesuítica prescrita na *Ratio Studiorum*, que colocou em marcha o projeto educativo da Companhia de Jesus com sucesso, nomeadamente com o controle do espaço e do tempo, a emulação, o sistema de premiação, os exercícios físicos e espirituais, bem como a exercitação permanente, que conduzia à ação regular, constante e obediente, transformando a massa de alunos num corpo discente ativo.

Durkheim considerou que cada sociedade constrói um modelo de homem ideal, quer do ponto de vista intelectual, quer do ponto de vista físico e moral. Esse ideal, ao mesmo tempo uno e diverso, é que constitui a parte básica da educação, tendo por função suscitar na criança um certo número de estados físicos e mentais que a sociedade considera como indispensáveis a todos os seus membros, e que o grupo social particular (casta, classe, família, profissão) considera igualmente indispensáveis a todos que o formam. A sociedade, em seu conjunto, e cada meio social em particular, é que determinam este ideal a ser realizado (Durkheim, 1955, p. 31). A Companhia de Jesus aspirou a formar uma sociedade cristã, que não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas na vida cristã. Por outro lado, sem uma tal ou qual diversificação, toda cooperação seria impossível: a educação assegura a persistência desta diversidade necessária, diversificando-se ela mesma e permitindo as especializações. Do ponto de vista social, a educação não é senão o meio pelo qual a

sociedade prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência (Durkheim, 1955, p. 31).

O que a Companhia de Jesus trouxe foi um investimento massivo na educação cristã, de modo a perpetuar o carisma que subjaz à sua fundação, de evangelização global. Cada um dos aspectos do ensino dos Jesuítas, em detalhe, visou moldar o jovem estudante: o exame de consciência através da oração, missas diárias, as doutrinas aprendidas pela memória, a vigilância constante do professor, até mesmo na seleção das leituras do aluno, em suma, e como aponta o instrumento unificador da pedagogia da Companhia de Jesus, a *Ratio Studiorum*, apartar os colegiais do caminho dos vícios, mostrando-lhes o caminho da virtude, e nesse sentido, os professores deveriam ser exemplos a seguir (Varela, 1983, p. 132-133). E esse mundo à parte criado pelo colégio, num ambiente próprio, guiado pelo amor a Deus e à pátria, tentam transmitir uma cultura cristã de referência, através das leituras recomendadas aos alunos, outro aspecto pelo qual Compère conclui que se existe *clausura*, esta não separa o colégio do mundo, mas faz a separação entre duas culturas que se excluem uma à outra: a cultura erudita, transmitida pelo próprio colégio e da qual este participa, e a cultura popular, colocada à margem. Deste modo, a autora registra o anacronismo subjacente a esta análise, que quanto a ela pertence a uma cultura racional, científica, produtiva, que ainda não estava implementada quando se inicia a elaboração deste modelo pedagógico (Compère, 1976, p. 107; 110).

Tratou-se da produção histórica de um sujeito, neste caso o aluno, e da produção das estruturas que tentam intervir sobre as atitudes, disposições e comportamentos dele. Assim, a cultura pedagógica se afirmou, marcando as competências morais do educando, vinculando-lhe um plano de estudos. Em termos educativos, o ensino nos colégios jesuítas defendeu a produção de um homem cristão capaz de dar o seu contributo particular para a integração moral e cristã da sociedade, através do domínio de várias experiências escolares. Os Jesuítas lançaram mão de uma multiplicidade de estratégias, procurando formar um sujeito não apenas através dos bancos da escola e dos compêndios utilizados na classe, mas inculcando diversos comportamentos morais.

Referências bibliográficas:

Livro:

CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das Universidades*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1995.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. *Du Collège au Lycée (1500-1850)*. Paris : Éditions Gallimard/Julliard, 1976.

DURKHEIM, Émile. *Educação esociologia*. Trad. Lourenço Filho. 4.^a Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

GOMES, Joaquim Ferreira. *Para a História da Educação em Portugal: Seis Estudos*. Porto: Porto Editora, 1995.

LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*. Trad. Joaquim Mendes Abranches. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LOYOLA, Inácio de. *Obras Completas de San Ignacio de Loyola*. Madrid: BAC, 1952.

Ó, Jorge Ramos do. *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*. Lisboa: EDUCA, 2003.

O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo/Bauru: Unisinos/EDUSC, 2004.

PAIVA, José Maria de. *O Método Pedagógico Jesuítico (uma análise do Ratio Studiorum)*. Viçosa: Oficinas Gráficas da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981.

PETITAT, André. *Produção da escola/Produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RODRIGUES, Francisco, S.J. *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*. Porto: Apostolado da Imprensa, Tomo I, Vol. I, 1931.

VARELA, Julia. *Modos de Educacion en la España de la Contrarreforma*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1983.

Capítulo de Livro:

JULIA, Dominique. Disciplinas Escolares: Objetivos, Ensino e Apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Disciplinas e Integração curricular: História e Políticas*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002, p. 37-71.

MIRANDA, Margarida. *Ratio Studiorum*: Uma nova hierarquia de saberes. In: CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS: *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Margarida Miranda (Org.). Lisboa: Esfera do Caos, 2009, p. 17-37.

MOURÃO, José Augusto. Gramatização e Missão. In: PINTO, Paulo Mendes; TEIXEIRA, Alfredo (Dir.). *Revista Lusófona de Ciências das Religiões: Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionação no Império Colonial Português*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. N.º 13/14, 2008, p. 229-237.

URBANO, Carlota. O Padre António Vieira e a Companhia de Jesus. In: FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Entre a Selva e a Corte: Novos Olhares sobre Vieira*. Lisboa/Florianópolis: Esfera do Caos, 2009, p. 27-41.

Artigo:

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação: Autores Associados. N.º 1, 2001, p. 9-44.

KLEIN, Luís Fernando, S.J. Prefácio. In: CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS: *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Margarida Miranda (Org.). Lisboa: Esfera do Caos, 2009, p. 15-17.

MANSO, Maria de Deus. A Missão dos Jesuítas Eborenses no Ultramar. In: *Revue – Revista da Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora. Ano VI, N.º 10-11, abril 2009, p. 92-100.

SILVA, António da. A Companhia de Jesus em Números (nos quinhentos anos de Inácio de Loiola). In: *Brotéria, Cultura e Informação*. Lisboa: Brotéria. Vol. 131, N.º 2-3, Agosto 1990, p. 123-135.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. Razão de Estudos e Razão Política: Um Estudo sobre a *Ratio Studiorum*. *Acta Scientiarum*. Maringá. Vol. 22, N.º 1, 2000, p. 181-187.